



DISCURSO, PODER E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO CORPO TRANS FEMININO NA REVISTA TPM

SPEECH, POWER AND RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE FEMALE TRANS BODY IN TPM MAGAZINE

Marcos Paulo AZEVEDO¹

Nayara Nicoly BRAGA²

Francisco Vieira SILVA³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de constituição do sujeito trans feminino no discurso midiático, tomando por base os estudos discursivos foucaultianos, mais especificamente aqueles voltados à investigação dos modos de constituição do sujeito em meio às relações de poder-saber. Assim, para o desenvolvimento do estudo, parte-se de uma abordagem descritivo-interpretativa do *corpus* a partir do método arqueogenealógico foucaultiano. O *corpus* da pesquisa é composto por uma entrevista realizada com a professora Amara Moira presente na revista TPM - “*Tripe Para Mulheres*”, publicada no ano de 2017. Na análise da referida materialidade discursiva, observamos que o corpo trans sofre um constante processo de regulação, sendo inscrito principalmente no plano da objetificação e da fetichização, o que gera uma maior marginalização desses sujeitos. Em contrapartida, a análise da entrevista também revelou movimentos de resistência que têm contribuído para ressignificar o lugar do corpo trans na sociedade atual.

¹ Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: marcospaulo@uern.br.

² Graduanda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: nayaranicolly@gmail.com.

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.



PALAVRAS-CHAVE

Corpo; Poder; Subjetividade; Transexualidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the process of constitution of the trans female subject in the media discourse, based on Foucault's discursive studies, more specifically those aimed at investigating the modes of constitution of the subject in the midst of knowledge-power relations. Thus, for the development of the study, we start with a descriptive-interpretative approach to the corpus based on the Foucault's archeogenological method. The research corpus consists of an interview with professor Amara Moira, present in the TPM magazine - "Tripe Para Mulheres", published in 2017. In the analysis of the aforementioned discursive materiality, we observed that the trans body undergoes a constant process of regulation, being inscribed mainly on the plane of objectification and fetishization, which generates a greater marginalization of these subjects. On the other hand, the analysis of the interview also revealed resistance movements that have contributed to redefining the place of the trans body in today's society.

KEYWORDS

Body; Power; Subjectivity; Transsexuality.

INTRODUÇÃO

A instância midiática representa um dos mecanismos utilizados para moldar e cristalizar padrões socioculturais, sejam eles de beleza, de comportamento, de identidade ou de gênero. Nesse sentido, a mídia, historicamente, produz e dissemina vontades de verdade que naturalizam a matriz cisheteronormativa, contribuindo, portanto, para a construção de um estereótipo de sujeito padrão, ideal e, por conseguinte, inatingível. Dessa forma, a força de tais padrões interfere fortemente na maneira como os sujeitos transexuais se enxergam, se portam e existem em sociedade,



modulando de forma direta na constituição da subjetividade destes. Assim, é nessa perspectiva que emerge a necessidade de se investigar a constituição do sujeito transexual, especificamente do sujeito trans feminino, a partir do âmbito discurso-midiático, já que os discursos acerca de tais sujeitos se encontram associados aos sentidos heteronormativos que operam na sociedade⁴.

Nesse contexto, faz-se importante salientar que as relações de poder-saber se encontram inerentemente relacionadas ao modo como os indivíduos se constituem como sujeitos, já que tais relações são construídas historicamente e perpassam toda a malha social. Nessa arena de luta, o sujeito trans feminino utiliza seu próprio corpo enquanto lugar de resistência, tendo em vista que o corpo é considerado produtor de efeitos de sentidos que se estabelecem em meio ao embate entre o sujeito e as prescrições normativas impostas pelas relações de poder-saber. Logo, pensar o processo de constituição dos sujeitos trans femininos, a partir de uma perspectiva genealógica, exige a compreensão de aspectos sócio-históricos referentes à construção de saberes sobre esses indivíduos.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o processo de constituição do sujeito trans feminino no discurso midiático. A análise do *corpus* privilegiou o gênero discursivo entrevista e se constituiu através de uma materialidade do mencionado gênero, que foi retirada da revista TPM – *Tripe Para Mulher*, editorial brasileiro de cultura e informação, lançado em 2001, que se propõe a investigar a fundo o universo das mulheres, abordando, em suas edições, temas relacionados à liberdade sexual, equidade salarial,

⁴ Sobre os termos referentes a gêneros sexuais, cf. Glossário LGBTQIA+, do Instituto de Estudos de Gênero – IEG, da Universidade Federal de São Carlos – UFSC (<https://ieg.ufsc.br/noticias/497>), dentre outras referências.



participação das mulheres no âmbito científico e político, além de questões voltadas ao corpo, à autoestima e à aceitação feminina. Nesse sentido, a partir de pesquisas realizadas no *site* da referida revista, encolheu-se a edição número 172, veiculada no ano de 2017, que publicou uma entrevista com a escritora e professora Amara Moira, mulher trans, na qual constatou-se a presença de práticas discursivas constitutivas do sujeito e do corpo trans feminino que apontavam para práticas de resistência ao exercício das relações de poder-saber advindas da heteronormatividade.

Para efeitos de organização, este trabalho constitui-se da seguinte maneira: primeiramente, nesta introdução, contextualizamos o tema e apresentamos o objetivo; na primeira seção, empreendemos uma discussão acerca do corpo na análise do discurso e das relações de poder-saber; e, na segunda seção, realizamos a análise da entrevista à luz das perspectivas teórico-metodológicas discutidas anteriormente; em seguida, expomos nossas considerações finais.

1. RELAÇÕES DE PODER-SABER NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Para que compreendamos efetivamente os processos referentes à constituição dos sujeitos, é imprescindível entendermos a concepção estabelecida por Michel Foucault acerca das relações de poder. Nesse sentido, o poder representa um conjunto de múltiplas e heterogêneas práticas sociais construídas de forma histórica e características por suas constantes transformações. Para Foucault (1995), o poder encontra-se em toda parte e não se concentra em uma figura específica e nem em grandes instituições, constituindo-se através das relações sociais. Como salienta Machado (2019, p. 17-18), “o poder é algo que se efetua, que funciona. E funciona [...] como uma



máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. O poder, desse modo, não se encontra localizado institucionalmente, já que é exercido através de relações que perpassam toda a malha social.

Nesse contexto, Fischer (1999, p. 48-49) assevera que “o poder, antes de tudo, é um ‘efeito de conjunto’: é uma estratégia, é algo que está em jogo, ele incita, promove, produz e é ‘positivo’. Produz o quê? Sujeitos, discursos, formas de vida. Como? Através da transformação técnica dos indivíduos.” Acerca disso, infere-se, portanto, que o poder não atua de forma repressiva ou coerciva, senão por meio de artifícios atrativos e estratégias de convencimento, promovendo transformações necessárias e produtivas, haja vista que “[...] o poder, em Foucault, instaura positivities, ele não simplesmente castra, interdita ou proíbe: ele cria realidades” (SOUZA; FURLANI, 2018, p. 330). O poder representa, portanto, um mecanismo social no qual todos os indivíduos encontram-se envolvidos direta ou indiretamente, de forma a estabelecer uma rede de relações.

Nessa perspectiva, as relações de poder são construídas através de saberes cristalizados socialmente ao longo da história. Isto é, todo o conhecimento se dá por intermédio das relações de poder e das condições que possibilitam a constituição dos sujeitos. Os campos científicos, religiosos e médicos, historicamente, produzem e disseminam discursos/saberes responsáveis por moldar comportamentos e ditar padrões sociais, influenciando de forma significativa a construção da subjetividade dos indivíduos e promovendo conflitos de força, já que “o poder pensado como relações de poder traz a ideia de força. [...] A correspondência entre força e poder é direta. Poder é força” (SANTOS, 2016, p. 262-263). Nesse sentido, entende-se o poder como



uma malha multidirecional que atravessa a sociedade, proporcionando frequentes embates internos e externos.

Desse modo, faz-se importante salientar que as ligações entre saber e poder ocorrem na instância discursiva, possibilitando relações e mecanismos específicos que regulam e restringem a circulação de dados discursos em sociedade. A esfera midiática, por exemplo, representa um mecanismo de proliferação de saberes que obedecem a determinados condutas e normatizações sociais impostas pelas relações de poder existentes, que possuem o intuito de naturalizar um modelo de padrão estético e heteronormativo.

Assim sendo, com a finalidade de ilustrar a forma pela qual a instância midiática reproduz e incentiva parâmetros estéticos, tomemos a capa da revista *ELLE Brasil* (2017), que compõe o arquivo (FOUCAULT, 2008) do presente estudo.



Imagem 1:
Capa da Revista
ELLE Brasil.

Fonte: Google Imagens.



A capa é estampada pela modelo brasileira Valentina Sampaio, conhecida por ser a primeira mulher trans a figurar a capa da revista *Vogue*. Nessa perspectiva, observa-se que, ao representar um corpo trans em sua capa, a referida revista privilegia um corpo que se encaixa nos padrões de beleza propugnados pelos mecanismos de poder e disseminados midiaticamente enquanto padrão ideal: pele branca, cabelo liso, corpo magro. Ou seja, um corpo fabricado para não causar incômodo, como costumeiramente causam os corpos reais de sujeitos transexuais, masculinos ou femininos, que possuem uma realidade social diferente da modelo fotografada. A vestimenta à base de renda juntamente à paleta de cores em tons claros e rosados contribui para a construção de sentidos atrelados à feminilidade. Observa-se, pois, que o corpo apresentado na revista representa um corpo que sofre processos de objetivação da mídia, haja vista que esse obedece às prescrições relacionadas às normatizações estéticas.

Faz-se importante salientar, ainda, que a instância midiática tem realizado deslocamentos da figura dos sujeitos transexuais, colocando-os em lugar de destaque ao invés de representá-los de forma marginalizada e patológica, como era feito historicamente. Entretanto, embora represente uma significável conquista para a comunidade transexual ocupar um espaço antes restritos às mulheres cis, é perceptível que a mídia privilegia corpos trans que performem estereótipos de gênero, fazendo referência a um discurso estético heteronormativo que favorece as padronizações sustentados pelas relações de poder, propiciando, portanto, processos de exclusão.

Ainda sobre a relação entre poder e saber, Foucault (2010, p. 30) afirma que “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua



ao mesmo tempo relações de poder”. Assim sendo, compreende-se que o saber e o poder se envolvem em uma estreita relação de reciprocidade. Ou seja, não há poder sem o estabelecimento prévio de um saber. E, ao mesmo tempo, não há saber sem a constituição das relações de poder sobre esse saber. Nessa perspectiva, onde há saber, há poder e “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1995, p. 104).

A resistência, para Foucault (1995), representa um exercício mutável e constante de força, que é manifestado em função dos mecanismos de embate propiciados pelas relações de poder. Nesse contexto, uma vez que o poder se encontra em todos os espaços e se exerce em meio a micro relações, faz-se necessário investigar a problemática levando-se em consideração as estratégias de resistências adotadas pelos sujeitos frente os mecanismos de poder-saber. Assim sendo, de acordo com Foucault (1995, p. 105)

As estratégias de resistência não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos [...] elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva.

Nessa perspectiva, é notório que as relações de poder existem em função de estratégias de resistências, as quais representam o elemento adversário dentro da teia do poder. Mais especificamente, a resistência funda as relações de poder e, ao mesmo tempo, é resultado delas. Para Foucault (1995, p. 91) os pontos de resistência introduzem no corpo social “clivagens que se deslocam, rompem unidade e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, trançando neles,



em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis”. Os pontos de resistência se constituem, portanto, de forma irregular, perpassam todas as classes sociais e individuais, podendo provocar o despertar ativo de um sujeito ou coletividade. Nesse sentido, através da resistência, criam-se espaços de luta e possibilidades de existência e transformação.

Nesse contexto, a subversão do padrão estético e heteronormativo, colocado como uma vontade de verdade, representa uma das muitas estratégias de resistência realizadas por aqueles indivíduos que fogem às regras impostas pelas relações de poder-saber e que, em função disso, são historicamente excluídos e postos às margens da sociedade. Os sujeitos trans, por exemplo, constituem-se em meio a esse confronto estabelecido pelos mecanismos de poder, haja vista que tais sujeitos põem em questionamento a concepção, socialmente enrijecida, do gênero enquanto um espectro atrelado ao sexo biológico/natural, à estrutura binária e, conseqüentemente, à heteronormatividade proporcionada por essa estrutura.

2. O CORPO COMO DISCURSO

Ao falarmos sobre os processos de constituição dos sujeitos, sejam a partir das relações de poder ou das práticas de si (FOUCAULT, 2014), um elemento basilar desponta: o corpo. Em concordância com Milanez (2009), o corpo, para a Análise do Discurso, não representa o corpo que fala, que pratica esportes, que trabalha, que vive e que exerce suas funções biológicas. Para o autor, a concepção do corpo como discurso necessita da focalização da “[...] existência material desse objeto que denominamos corpo, em consonância com as suas formas e carnes por meio da representação sob a qual identificamos” (MILANEZ, 2009, p. 2015). Nessa perspectiva, falar sobre



o corpo, a partir de uma perspectiva discursiva, requer a descon sideração dos saberes socialmente estabelecidos referentes à estrutura binária de gênero atrelada ao determinismo biológico.

Desse modo, de acordo com Grosz (2000, p. 84),

[...] o corpo deve ser visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas. O corpo não se opõe à cultura, um atavismo resistente de um passado natural; é ele próprio um produto cultural, o produto cultural.

Assim sendo, entende-se que o corpo é atravessado e constituído por meio das vontades de verdade que advêm de saberes socialmente construídos e naturalizados ao decorrer da história.

O corpo é usualmente considerado como um meio significante, um veículo de expressão, um modo de tornar público e comunicar o que é essencialmente privado (ideias, pensamentos, crenças, sensações, afetos). [...] É através do corpo que o sujeito pode expressar a interioridade dele ou dela e é através do corpo que ele ou ela podem receber, codificar e traduzir os estímulos do mundo “externo”. (GROSZ, 2000, p. 59-60)

O corpo constitui, portanto, uma materialidade expressiva e significante que produz sentidos, os quais se constroem a partir das relações individuais e interpessoais. Tal produção de sentido encontra-se atravessada por acontecimentos discursivos referentes à saberes dominantes que imperam na sociedade. Complementarmente, “[...] o corpo, assim, é o elemento que nos permite criar discursos que falam de nossas necessidades, expondo nossos desejos e emoções” (MILANEZ, 2009, p. 219-220). Logo, na perspectiva discursiva, o corpo constitui-se como um elemento maleável e expressivo



que se transforma ao decorrer da história e de acordo com o contexto o qual encontra-se inserido, sendo diretamente e constantemente influenciado.

Nesse contexto, faz-se importante salientar que o corpo enquanto um elemento discursivo encontra-se no interior das relações de poder, as quais constantemente impõem padrões estéticos e comportamentais aos sujeitos, com o intuito de disciplinar seus corpos, haja vista que a disciplina representa “[...] um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia” (FOUCAULT, 2010, p. 177). O corpo deve ser pensado, nessa perspectiva, enquanto uma materialidade na qual se efetuam dispositivos diversos inerentemente relacionados aos mecanismos de poder que foram/ são naturalizados pelos efeitos de verdade.

Para Foucault (2019c), os dispositivos constituem-se num complexo conjunto de mecanismos estratégicos que, por meio da configuração de um dado saber que foi naturalizado através de determinadas instâncias, estabelece e mantém a ordenação do poder em sociedade, haja vista que “[...] o dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2019, p. 138).

Os dispositivos encontram-se, pois, diretamente relacionados às práticas que operam na constituição e, por conseguinte, na dominação dos sujeitos, posto que tais dispositivos se inserem na sociedade, atuando enquanto regimes de verdades provenientes de saberes considerados absolutos. O corpo, por meio dos dispositivos, sofre constante regulamentação a partir dos mais diversos mecanismos de controle social que se articulam às relações de poder-saber, já que essas atuam com base nos saberes dominantes oriundos de discursos proliferados por instituições religiosas, governamentais ou



científicas, por exemplo. Os dispositivos, portanto, transformam-se ao decorrer dos tempos com a finalidade de adequação às urgências impositivas das práticas de poder, já que “o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre ligado a uma ou a outra configuração de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 2019, p. 139).

Em consonância com Milanez (2009, p. 218), “[...] o corpo é investido por domínios de poder e de saber, ou seja, ter o seu corpo dominado por preceitos institucionais ou dominar seu corpo, imprimindo-lhes marcas singulares, é incluir-se como sujeito”. Os saberes produzidos ao longo da história por diferentes áreas de estudos em torno do corpo serviram de apoio para que as relações de poder atravessassem os corpos, subjetivando-os. Faz-se importante salientar que a subjetividade, resultado do confronto entre o sujeito e os jogos de poder, manifesta-se por meio da superfície corpórea. Assim sendo, o corpo representa, portanto, uma das formas pelas quais se constituem os sujeitos.

Os sujeitos trans habitam em corpos desviantes que escapam ao padrão heteronormativo e, por isso, necessitam realizar inscrições específicas, com o intuito de adequação aos traços característicos de sua verdadeira essência corpórea. Os corpos trans manifestam-se, portanto, enquanto o elemento transgressor perante os saberes imperativos biologizantes, estabelecendo relações de ruptura face à noção de performatividade de gênero. Dentro dos jogos de poder, os sujeitos trans utilizam seus próprios corpos enquanto principal estratégia de resistência.

Complementarmente, na obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2010) versa acerca dos processos de disciplinarização dos corpos que ocorre na modernidade e, também, sobre os mecanismos utilizados para adestrar tais corpos. Nesse



sentido, para o autor, a disciplina atua sobre o corpo dos sujeitos com a finalidade de normatizá-lo, tornando-o úteis e dóceis. Assim, de acordo com Foucault (2010, p. 127)

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ele dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.

Nessa perspectiva, nota-se que o intuito da disciplina é docilizar os corpos, fazendo com que esse corpo aprenda e siga as regras com facilidade, seja no âmbito do sistema prisional, em instituições de ensino ou, de forma geral, na vida em sociedade. Nesse esteio, um corpo dócil representa um corpo que é facilmente dominado e influenciado, que obedece às prescrições advindas dos mecanismos de poder. Logo, através da disciplina cria-se uma política de coerção sobre o corpo: uma espécie de manipulação e domesticação sobre os gestos, movimentos e comportamentos. O corpo torna-se, portanto, um instrumento lapidado pela disciplina e em constante observância. O corpo se constitui, dessa forma, enquanto parte de uma peça pertencente a uma complexa maquinaria. Nessa perspectiva, Foucault (2010, p. 135) assevera que

O corpo humano está numa maquinaria de poder que esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados corpos “dóceis”.



Nesse sentido, o único corpo considerado “útil” será aquele corpo disciplinado, e vice-versa, sendo necessário conhecer e dominar tais corpos para que eles possam ser utilizados. Assim sendo, as práticas disciplinares possibilitam o domínio das manifestações do corpo, impondo uma constante sujeição de suas forças, com a finalidade de fabricação sistemática de indivíduos obedientes. A disciplina objetifica os indivíduos e, ao mesmo tempo, torna-o instrumento do seu próprio exercício. O corpo atua, desse modo, enquanto a própria superfície do disciplinamento.

De acordo com Foucault (2010), a vigilância é um dos principais mecanismos utilizados para adestrar os indivíduos, com a finalidade de adequação às normas estabelecidas e naturalizadas pelas relações de poder, já que “graças às técnicas de vigilância, a física do poder, o domínio sobre o corpo efetua-se segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo todo um jogo de espaços, de linhas, de graus [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 142). Em outros termos, a vigilância, elemento imprescindível aos mecanismos do poder disciplinar, constitui-se uma prática de poder que recai sobre os corpos dos indivíduos, de forma a controlar seus gestos e comportamentos, desde os mais triviais aos mais complexos e subjetivos. É por meio da vigilância que é possibilitada a criação de corpos docilizados. Nesse sentido, Foucault (2010) nos expõe que a efetivação dos regimes de poder, através dos mecanismos de vigilância e controle, é exercida não somente nas prisões, mas em toda a sociedade.

3. ANÁLISE DO CORPO TRANS FEMININO NA REVISTA TPM

Levando-se em consideração as discussões realizadas anteriormente, iniciaremos a análise da entrevista da revista TPM – *Tripe Para Mulher*



(2017)⁵, feita com a professora Amara Moira. Nesse sentido, o conjunto inicial de enunciados a serem analisados integra o momento introdutório da entrevista, no qual o entrevistador, de forma expositiva, realiza a apresentação e tece características acerca da entrevistada.

Amara é um evento: doutora em *Ulisses*, professora de literatura, trans e bissexual, além de já ter trabalhado nas ruas como prostituta. Aos 32 anos, é inundada por um tipo de sabedoria que talvez seja qualidade de travestis: um conhecimento do que é a condição humana sem as máscaras que as instituições impõem. É nas esquinas da vida noturna que o específico masculino se revela pleno, e Amara é bastante capaz de fazer a tradução e a interpretação do que ali acontece para todos nós que ficamos desse lado do muro. (LACOMBE, 2017)

Ao se referir à Amara como um “evento”, o entrevistador evoca um domínio de memória (FOUCAULT, 2008) em torno do deslocamento de posição da figura do sujeito transexual em uma sociedade que busca, de forma incessante, limitar seus espaços e modos de existência. Isto é, historicamente atribui-se e espera-se que sujeitos trans ocupem espaços estereotipados e marginalizados, como a prostituição. Logo, ao provocar esse deslocamento sócio-histórico, Amara é designada como um “evento”, já que através desse rompimento, possibilitou-se a resignificação de sentidos socialmente estabelecidos sobre o sujeito trans, pois apesar dela já ter trabalhado como prostituta, hoje, além de ser professora, possui doutorado.

O entrevistador prossegue com as descrições sobre Amara, atribuindo ênfase às suas experiências amorosas. É pontuado que a entrevistada “*viveu*

⁵ A entrevista está disponível na íntegra em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-amara-moira-doutora-em-literatura-ex-prostituta-travesti-e-bissexual>. Acesso: em 24 fev. 2022.

dentro de um corpo masculino por 29 anos” e que, segundo ela “as relações que tinha com homens só podiam ser sexuais e sem envolvimento de afeto, ‘no limite entre o prazer e a punição” (LACOMBE, 2017). A partir do referido enunciado, podemos refletir acerca da posição ocupada pelo corpo trans em uma sociedade heteronormativa. De acordo com Miskolci (2013), a heteronormatividade como uma ordem sexual imperativa encontra-se edificada e legitimada no modelo heterossexual e reprodutivo. Ela se institui através de micro agressões simbólicas ou até mesmo violência física frente àqueles que infringem os padrões de gênero impostos socialmente. Nessa perspectiva, a constituição de sujeitos permeada pelos processos heteronormativos propicia uma série de discursos e comportamentos negativos e reprováveis acerca das questões em torno da feminilidade e da homossexualidade.

A sociedade cisheteronormativa produz efeitos nocivos aos sujeitos, inclusive ao sujeito homem cisgênero que busca a travesti, haja vista que esse sujeito se encontra atravessado pelas relações de poder e cerceado pelo dispositivo da sexualidade. Logo, as concepções enraizadas e impositivas acerca das normatizações referentes à forma pela qual um homem deve se comportar e se relacionar, os levam, por mais que o envolvimento seja emocional, a esconder e, por muitas vezes, tratar com desprezo e grosseria suas relações com indivíduos trans, colocando seus corpos em uma mera posição de objeto sexual.

Nesse contexto, percebe-se que é no campo das relações amorosas que ocorre uma espécie de aprisionamento de si, de forma a possibilitar uma série de processos de solidão e retraimento social de tais sujeitos. Assim sendo, em decorrência de inúmeras relações fracassadas, os sujeitos trans passam a desenvolver um compreensível receio do abandono e da frustração,



levando-os a evitar relacionamentos, no caso, relacionamentos com pessoas cis. O sujeito trans feminino é, portanto, atravessado pelo distanciamento das relações amorosas.

Na sequência, fala-se sobre a limitação da sociedade acerca do entendimento referente às concepções e distinções existentes entre os conceitos de gênero e sexo: “*pode parecer confuso que alguém que nasceu com genital masculino e sentia atração por homens queira existir num corpo de mulher e, nesse corpo, ganhe seios, mantenha o pênis e sinta atração por mulheres*” (LACOMBE, 2017). Nessa perspectiva, Butler (2010) assevera que o gênero representa um produto social, cuja repetição tem a finalidade de naturalização do sexo. O gênero, portanto, constitui-se enquanto a expectativa social prévia posta sob os indivíduos com base no sexo atribuído ao nascer.

De acordo com Butler (2010, p. 28), “os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura”. Nesse sentido, percebe-se que o gênero se constitui enquanto um elemento sociocultural performativo, munido de uma rígida divisão binária que impõe uma série de condutas baseadas no sexo biológico, as quais devem ser inflexivelmente seguidas. Tal divisão encontra-se discursivizada no presente enunciado “*pode parecer confuso que alguém que nasceu com genital masculino [...] queira existir num corpo de mulher*” (LACOMBE, 2017). Assim, a referida estrutura binária impõe a concepção de feminilidade e masculinidade diretamente atreladas ao sexo feminino e masculino, respectivamente; reduzindo drasticamente as possibilidades de outras expressões existentes. Logo, aqueles que ousam escapar do dualismo fixo imposto pelo binarismo de gênero são socialmente



hostilizadas e marginalizadas. Compreende-se, pois, que o conceito de gênero emerge em oposição ao caráter biológico existente na concepção de sexo, com o intuito de contestar o determinismo de tais estruturas.

Complementarmente, Amara enfatiza que *“uma coisa é o desejo, ou por quem você sente atração, e outra é como a pessoa se entende, como ela quer se ver e ser vista”* (LACOMBE, 2017). Nesse sentido, compreende-se que o *“desejo”* representa a orientação sexual, a maneira pela qual um indivíduo vivencia suas relações afetivas/sexuais, de forma a indicar por qual gênero ocorre a *“atração”*. Já o enunciado *“como a pessoa se entende”* faz referência à identidade de gênero de um indivíduo, uma forma de reconhecimento, a qual encontra-se desvinculada do sexo biológico. Em síntese, representa a matriz constitutiva do sentimento subjetivo de identidade. Ambas as concepções, apesar de integrarem o espectro da sexualidade, independem-se.

Feita a introdução a partir dos enunciados postos anteriormente, a entrevista inicia com a seguinte pergunta: *“qual foi a primeira coisa que você sentiu quando se viu mulher pela primeira vez?”*. Amara responde que

Era uma sensação de liberdade imensa, uma sensação de leveza que eu nunca experimentei. Foi nesse momento que senti de forma mais contundente que a vida que vivi até ali era uma máscara, uma personagem, uma personagem que me impuseram quando nasci, por conta do meu genital, e que eu não sabia que poderia existir de outras formas. Acho que de repente poder me colocar para o outro como Amara, poder pedir para as outras pessoas me chamarem de Amara e poder perceber pelo olhar alheio que eu estava existindo como Amara me deu vontade de continuar querendo existir. (LACOMBE, 2017)

Nesse sentido, a partir do enunciado, nota-se a emergência de uma posição de um sujeito que constitui sua subjetividade no momento em que se



enxerga mulher, isto é, no momento em que observa as mudanças ocorridas em seu corpo, atingindo uma condição de liberdade, de felicidade, de leveza. Tais mudanças encontram-se relacionadas ao exercício das práticas de si (FOUCAULT, 2014), empreendidas pelos sujeitos sobre seus corpos, com o intuito de obter o reconhecimento do outro acerca de sua identidade de gênero. A exemplo das mencionadas práticas de si, destacam-se a utilização de vestimentas, perucas e maquiagens femininas, além de práticas de terapia hormonal e/ou cirurgias de resignação sexual, com a finalidade de adequação entre a performance de gênero e o corpo correspondente.

Observa-se, também, que a referida condição de liberdade, para além das práticas de si, também necessita da aceitação pelo olhar do outro, ou seja, existe a necessidade de que o outro, através de ações e comportamentos, reconheça discursivamente a existência da subjetividade desse sujeito mulher. Compreende-se, portanto, que o outro exerce um papel significativo referente à efetivação e alcance das práticas de si sobre o processo de subjetivação, constituindo-se enquanto um elemento imprescindível, já que como destaca Foucault (2006, p. 158), “o outro é indispensável na prática de si a fim de que a forma que define esta prática atinja efetivamente seu objeto, isto é, o eu, e seja por ele efetivamente preenchida”. Em suma, a partir do momento em que o sujeito transforma seu corpo através das práticas de si e, em paralelo, recebe a confirmação de sua identidade de gênero pelo olhar do outro, esse sujeito consegue, então, atingir um estado de satisfação, de completude.

Logo após, questiona-se sobre o “*outro lado dessa aventura*”. Isto é, sobre os percalços enfrentados por Amara durante e após seu processo de transição. A entrevistada enfatiza que



Eu vivi 29 anos como homem para a sociedade e, nesse período todo, nunca tocaram no meu corpo sem meu consentimento. E de repente, a partir do momento que me veem andar como Amara em público, nas ruas, no metrô, ônibus, isso passa a ser uma experiência de ter que lidar com o assédio, com mãos que tocam em mim [...]. As pessoas acreditam que travesti e mulher existem porque gostam de homem e, nesse sentido, gostam de qualquer homem, qualquer um que queira estar com elas. (LACOMBE, 2017)

A partir do exposto, podem-se observar os processos de objetificação infligidos sobre o corpo trans, haja vista que tais corpos, muitas vezes pensados como corpos “exóticos” por alguns indivíduos, são constantemente assediados e perseguidos em sociedade. Uma prática corriqueira, como andar de ônibus, expõe o peso que o assédio às mulheres trans carrega: comentários, olhares, mãos, agressões físicas, em menor ou mais escala, “*bocas que chegam no ouvido e dizem coisas muito baixas, obscenas e invasivas*”. A simples manifestação expressiva de feminilidade de uma mulher trans é entendida enquanto um convite aberto ao abuso, como se aquele corpo não tivesse nenhuma autonomia, como aponta Amara “*e, se aquele cidadão se dignou a revelar o seu desejo pelo nosso corpo, temos que agradecê-lo por isso, e satisfazê-lo imediatamente*” (LACOMBE, 2017). O corpo trans feminino, portanto, nunca se encontra integralmente tranquilo em situações públicas cotidianas, haja vista que aquele é perpassado pelas relações de poder que foram naturalizadas através de saberes retrógrados estigmatizados acerca da comunidade trans, fazendo com que seus corpos sejam invisibilizados e, também, desrespeitados em sociedade.

Desse modo, historicamente, tem-se uma vontade de verdade em torno do o corpo trans feminino como um mero objeto sexual feito para satisfazer às vontades, desejos e “curiosidades” de homens cis héteros. Tal



concepção atrela-se aos sentidos existentes, propiciados pelo domínio de memória acerca da relação entre a prostituição e a comunidade de mulheres trans e travestis. Mais especificamente, os discursos pejorativos veiculados em torno da comunidade trans feminina remontam ao domínio de memória referente à prostituição, apontando para a existência de uma regularidade discursiva em torno desses sujeitos.

Faz-se importante salientar, nesse sentido, que muitas mulheres trans estão ou já estiveram inseridas na prostituição em função de sua marginalização e invisibilidade social. Isto é, há pouca oportunidade de emprego formal, meritocráticos espaços na Universidade, escassez de políticas públicas, é negado até mesmo o direito de existência. Mulheres trans são associadas ao sexo não por opção, mas porque é a única alternativa que a sociedade lhe oferta. As condições sociais as obrigam a viver da prostituição.

Enquanto elemento da regularidade discursiva acerca dos processos de fetichização e objetificação, Amara expõe que

o cara chega, tá chapado de tesão, e aí ele vai dizer que você é a coisa mais linda que ele já viu na vida, que ele casaria com você [...]. De repente ele goza, lembra que você é uma figura abjeta para a sociedade, que não deveria sentir desejo por você, e começa a sentir nojo de ter sentido desejo, começa a não conseguir mais interagir. Não toca mais em você, não olha mais na sua cara, ele só quer sair dali o mais rápido possível [...]. Ele está lá por desejo, por algo que atravessa o imaginário dele: a mulher com pênis. (LACOMBE, 2017)

Percebe-se que a procura desses homens héteros e cisgêneros por mulheres trans geralmente resulta de desejos egoístas, haja vista que, para eles, as mulheres trans constituem-se enquanto meros objetos, cuja principal função é proporcionar prazer e saciar seus desejos e curiosidades,



descartando-as logo em seguida. Faz-se necessário pontuar, entretanto, que tais desejos egoístas são produzidos pelo dispositivo da sexualidade, o qual produz um padrão ideal de desejabilidade sobre os corpos femininos. O poder, nesse contexto, incita os referidos desejos e, ao mesmo tempo, coloca-os em um lugar de abjeção, haja vista que o poder sobre o corpo atua, também, de forma positiva.

Assim, no momento em que tais mulheres ousam rejeitar os pedidos ou avanços sexuais desses homens, a violência entre em cena: seja na forma de abordagens ríspidas e imprevistas, perseguições em aplicativos/redes sociais ou violência física nas ruas. Isto é, negar uma “exigência” sexual feita por um homem põe em risco a vida dessa mulher trans, considerando que tais mulheres são representadas pela sociedade, por meio da imposição feita pelo dispositivo da sexualidade, enquanto um objeto carnal que serve meramente para o entretenimento masculino. A curiosidade fetichista e reprimida de homens cis por corpos trans femininos subordinam, portanto, as mulheres trans, além de conduzi-las ao assédio, tanto nas ruas quanto nas redes sociais.

Nesse contexto, de acordo com o *Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020* (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), dentre os 175 assassinatos de indivíduos pertencentes à comunidade trans ocorridos no ano de 2020, apesar de não ser viável traçar um perfil dos assassinos em função da ausência de informações, atesta-se que 46,5% foram cometidos por homens. Ainda segundo o referido dossiê, em 2020 foram registradas 77 tentativas de homicídio à população trans no país. E, em relação ao gênero das vítimas, 100% eram mulheres trans/travestis. Tais dados evidenciam que a violência de



gênero emerge como o principal motivo referente à tentativa de homicídio, constituindo-se enquanto um problema estrutural.

Na sequência, questiona-se *“como sair desse lugar de opressão?”* (LACOMBE, 2017). Em resposta Amara afirma que *“um dos desafios nossos, do feminismo, é começar a furar esses bloqueios que existem, e começar a fazer esses caras repensarem suas próprias atitudes. Senão a gente continua tendo que estabelecer um front de guerra entre homens e mulheres.”* (LACOMBE, 2017) Este enunciado aponta para as estratégias de resistência produzidas pelos sujeitos. Para Amara, a forma de fuga desse lugar de opressão não se dará através do embate físico, mas sim por meio de uma referência de educação crítico-reflexiva que vise e preze pela igualdade e respeito entre os gêneros, o que se confirma no seguinte enunciado:

Quando a gente compreende que existem homens e que homens são violentos passa a ser importante a gente pensar em modelos de educação que não reproduzam essas violências. A gente não pode simplesmente constatar que homens têm um comportamento violento e querer estabelecer um front de guerra. Eu acho que a gente precisa começar a pensar em termos de uma educação transformadora, de outros modelos de homem. (LACOMBE, 2017)

A partir do exposto, compreende-se que a educação é apontada como uma eficaz estratégia de resistência utilizada na promoção da equidade de gênero, haja vista que por meio dela evita-se que processos de discriminação, dentro e fora da escola, ocorram; além de auxiliar os discentes nos procedimentos de construção de identidade. Assim sendo, é importante salientar que os saberes proliferados dentro e por instituições de ensino contribuem grandemente para a manutenção e imposição dos padrões estabelecidos em sociedade, de forma a moldar subjetividades. Uma educação transformadora representa,



pois, uma forma de luta e resistência contra as opressões produzidas pelos mecanismos de poder. As estratégias de resistência são, portanto, lutas pela autonomia e emancipação.

Complementarmente, a entrevistada enfatiza que observa muitas mulheres inseridas no movimento feminista falarem que os homens são insensíveis, pois foram criados com esse intuito. Isto é, esses homens levam seus corpos ao limite com a principal finalidade de atestar sua capacidade, poder e importância à sociedade. Logo, de acordo com Amara,

Isso é extremamente útil para o capitalismo. São corpos a serem usados pelo capitalismo e pelo Estado em tempos de guerra ou em tempos de paz, nas indústrias... Um corpo sempre sendo levado ao limite, a coisa da masculinidade, do eu dou conta. Então você carrega mais peso do que você dá conta, você faz mais do que você deveria dar conta, porque você é homem e homem dá conta. Entende? Existe um propósito que vai além. Cria-se esse homem, esse homem violenta mulheres, mas esse homem também está sendo usado para um interesse maior do qual ele não tem nem consciência. (LACOMBE, 2017)

Inicialmente, faz-se necessário pontuar que, na sociedade contemporânea, a instância familiar, escolar, religiosa e, sobretudo, midiática instruem, explicita ou implicitamente, quais comportamentos e posturas pertencem e devem ser exercidas pelo gênero masculino. Desse modo, compreende-se que as atitudes indicativas e características da masculinidade não representam elementos inatos aos representantes do sexo masculino, e sim construções sociais. A masculinidade, construída ao longo da vida, de acordo com as normas sociais, deve ser pensada enquanto uma qualidade que deve ser continuamente zelada, provada e reafirmada, uma vez que a masculinidade, assim como se adquire, também se perde conforme as circunstâncias de cada indivíduo.



Nessa perspectiva, cabe aqui pontuar a noção de dominação masculina estabelecida por Bourdieu (2012). De acordo com o autor, a dominação masculina legitima-se através da violência simbólica, violência essa reproduzida e naturalizada pela ordem social que usa como pretexto a relação da divisão dos sexos como alegação natural das desigualdades estruturadas historicamente entre os gêneros. A dominação masculina, antes centralizada no ambiente doméstico, hoje é determinada em quaisquer formas de dominação. Homens e mulheres incorporam “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2012, p.13).

Nesse sentido, a partir do enunciado exposto acima, pode-se estabelecer relações com os processos de disciplinarização dos corpos exercidos pela sociedade capitalista, com o intuito de adestrá-los, tornando-os dóceis e úteis. A noção de força e vigor atribuídas à figura masculina foi produzida através de saberes dominantes impostos e naturalizados pelas relações de poder, que possuem a finalidade de utilizar esses corpos em benefício do Estado, seja por meio de sua força de trabalho ou nos campos de batalha, a exemplo. Os processos de disciplinarização e adestramento desses corpos iniciam nos primeiros anos e perdura-se por toda a vida, de forma lenta, gradual, contínua e quase imperceptível. Um corpo alienado através dos procedimentos disciplinares representa um corpo útil e necessário ao sistema capitalista.

Em outro ponto da entrevista, questiona-se: “*quem é o homem que paga pelos serviços da travesti?*” (LACOMBE, 2017). Amara responde que:

Mesmo o cara que tem uma relação estável com a mulher busca a travesti porque essa procura está intimamente ligada ao fato de a gente não saber falar sobre sexualidade. O desejo desse homem, o que importa enquanto desejo para esse homem não pode ser dito



para a pessoa que ele ama, para as pessoas que ele respeita, para as pessoas com quem ele convive, porque dizer vai deixar ele em uma situação delicada em termos de “vou ser menos homem se eu falar para a minha companheira que gosto de fio terra”. Às vezes até consegue falar do fio terra, mas não do passo seguinte. (LACOMBE, 2017)

Por meio do exposto, podemos refletir acerca da noção de dispositivo estabelecido por Foucault (2019). Isto é, a partir da resposta da entrevistada, observa-se a presença de um dispositivo da sexualidade que atravessa esse “desejo” masculino, fazendo com que esse homem seja privado de vivenciar ou até mesmo de externar elementos subjetivos de sua sexualidade. O sexo anal, popularmente conhecido como “fio terra”, representa uma prática sexual vista pela sociedade enquanto algo que anula a masculinidade de um homem cis hétero. Na concepção do imaginário popular, é como se no momento em que um homem executasse tal ato sua frágil e tênue virilidade fosse completamente esmagada. Como se a masculinidade estivesse por um fio (terra).

Nesse sentido, nota-se, pois, a presença de um discurso que, de forma rígida, determina a sexualidade de um homem e, ao mesmo tempo, nota-se a presença de um sujeito que se encontra empenhado em atravessar as concepções impostas por esse discurso acerca dos preceitos normativos referentes à sexualidade. Entretanto, ao tentar atravessar tais obstáculos, em função da imposição do dispositivo, esse sujeito vê-se terminantemente impedido de, a exemplo, conversar com sua parceira/esposa acerca de seus desejos sexuais. A partir daí, esse sujeito rebela-se perante o dispositivo, utilizando como estratégia a procura de um outro indivíduo com quem possa vivenciar esses desejos. A escolha recai, portanto, sobre os sujeitos trans ou travestis, já que, em função de tais sujeitos ocuparem uma posição socialmente marginalizada, na concepção desse homem, ele poderá falar sobre questões



consideradas pela sociedade enquanto “tabus” sem nenhum pudor e, finalmente, experienciar seus desejos reprimidos pelo dispositivo da sexualidade.

Na sequência, é feita a seguinte indagação: “*o que essa sua experiência como prostituta ensinou a respeito do universo masculino?*” (LACOMBE, 2017). Em resposta, Amara responde:

Eu tinha essa noção de que homens procuravam prostitutas como um exercício de liberdade sexual, e me dei conta de que eles procuram porque é proibido que eles vivam a sexualidade da forma como imaginam ou desejam. A gente gosta de pegar a pessoa que tem desejos pervertidos e jogar na fogueira, mas esquece que a sociedade está produzindo pessoas que têm aquele desejo. E jogar aquela pessoa na fogueira só vai resolver esse sintoma, não o fato de que a sociedade continua produzindo pessoas que desejam daquela mesma forma. A gente precisa começar a reconhecer o nosso papel enquanto sociedade por criar tais e tais desejos. E pensar de que forma podemos criar pessoas mais livres em termos de sexualidade. Para isso vai ser preciso a perspectiva da prostituta. Senão, a gente vai continuar lidando com o fantasma. (LACOMBE, 2017)

A partir da fala da entrevistada podemos compreender a forma pela qual os mecanismos de poder agem sobre os indivíduos. Como pontua Foucault (2019), o poder não atua somente de maneira repressiva, mas sim de forma a produzir desejos. Nesse sentido, infere-se que o poder marca o sujeito, não só de forma negativa, mas também de forma positiva, produzindo condutas que podem ou devem ser realizadas em determinados momentos. Pode-se afirmar que, por vezes, o poder é propositivo, posto que, enquanto uma das formas de constituição do sujeito, apesar de agir de forma repressora em alguns momentos, age, também, de forma impulsionadora em outros.

Nessa perspectiva, entende-se que o poder diz o “não”, mas também diz o “sim”. O poder diz o que é proibido, mas também possibilita que o



desejo do permitido seja ansiado. O que é permitido não só é permitido como transforma-se em uma vontade: a vontade dos desígnios do poder. Em suma, o poder marca as ações dos sujeitos fazendo com que tais ações obedeçam às normas desse poder que o marca, mais especificamente, através de um complexo mecanismo social, o poder propicia o desejo de agir conforme suas ordens, haja vista que a ordem do poder concede ao sujeito possibilidades de agir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, foi possível entrever que o corpo trans, em função de saberes construídos ao longo da história e proliferados por meio de diferentes instâncias, dentre elas a midiática, encontra-se discursivizado socialmente enquanto um corpo que necessita ser regulado e mantido em segredo, sendo produtivo apenas no plano da objetificação e da fetichização, possibilitando uma maior marginalização desses sujeitos. No entanto, a análise das materialidades discursivas revelou que a revista TPM traz uma vontade de verdade que se opõe às regularidades discursivas cristalizadas acerca dos sujeitos trans, propondo, a partir da entrevista com Amara, um novo olhar sobre esses corpos e sobre as práticas em torno das quais as questões de gênero e sexualidade são pensadas em nossa sociedade.

Por outro lado, nota-se, por meio da posição sujeito ocupada por Amara, uma possibilidade de resistência frente aos processos de interdição oriundos dos dispositivos da sexualidade que historicamente sustentam a heteronormatividade como única verdade possível. A educação, nesse aspecto, é um dos caminhos apontados por Amara para que se possa, a médio e longo prazo, construir-se uma sociedade mais inclusiva.



Dessa forma, diante das considerações externadas acima, acreditamos que o presente estudo contribui para as pesquisas e problematizações acerca da representação e constituição discursiva do sujeito trans feminino em discursos veiculados em instâncias midiáticas brasileiras, já que é notória a importância e necessidade de que seja investigado o papel que esse âmbito desempenha na construção da subjetividade desses sujeitos, levando-se em consideração todas as interdições propiciadas pelos mecanismos de poder-saber.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 39-59, jan./jun. 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55804>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.



FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. As técnicas de si. In: **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

_____. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GLOSSÁRIO LGBTQIA+. Instituto de Estudos de Gênero – IEG. Universidade Federal de São Carlos – UFSC. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/noticias/497>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GROSZ, E. **Corpos reconfigurados**, Tradução de Cecilia Holtermann. **Cadernos Pagu**, University at Buffalo, v. 14, n. 14, p. 45-86, jun./2000. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LACOMBE, M. A revolução precisa ser sexual. **Revista TPM**, 2017. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-amara-moira-doutora-em-literatura-ex-prostituta-travesti-e-bissexual>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

MILANEZ, N. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v.31, n.2,



p. 215-222, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v31i2.6684>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Cadernos da Diversidade. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. UFOP, 2013.

SANTOS, P. R. D. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria**, v. 16, n.28, p. 261-280, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1504>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SOUZA, P. F.; FURLANI, R. A questão do sujeito em Foucault. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 325-335, dez/2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/4kkKdt5mwfDcGJXtjZZ4jRF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

